

Diversidade Cultural e Economia Criativa A educação popular e a participação cidadã

Pedro Pereira Leite¹

Pedro.leite@ulusofona.pt

Palavras-chave: Diversidade Cultural, Economia Criativa, Direito à Cultura, Educação Patrimonial, Cidades Criativas

a) Introdução

A relação entre a cultura e a economia tem constituído um campo fértil de discussão na academia e na sociedade. Deixem-me refletir brevemente sobre três factos: O lugar da cultura, o Desenvolvimento Sustentável e a Oportunidade Urbana. A partir destes três pilares desenvolveremos a relação entre o Desenvolvimento Sustentável e a diversidade cultural, sobre os lugares da cultura nas cidades criativas, procurando, neste caso apresentar algumas boas práticas sobre educação patrimonial em cidades.

A partir da questão dos direitos humanos vamos refletir sobre a educação popular. Argumentaremos que a função social da museologia, ao invocar a necessidade de desenvolver processos participativos nas comunidades e contribuir para o desenvolvimento dos territórios, produz uma relevante alteração nos processos patrimoniais. Uma alteração em que os objetos dos museus se transformam em patrimónios, os museus se transformam em territórios e os visitantes se tornam numa comunidade. Nessa relação constrói-se uma relevância social subjetiva, em que os diferentes sujeitos vão criando narrativas sobre as suas visões do mundo. Defendemos que a função social da museologia permite que os processos museológicos se adequem às vidas das comunidades e contribuam para o seu Bem-estar, através dos usos sustentáveis dos recursos disponíveis e da criação de soluções inovadoras para resolução dos seus problemas.

A era da globalização tem colocado o desenvolvimento sustentável na agenda pública. A Agenda 2030 das Nações Unidas, os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)² estão assentes em três pilares: economia, sociedade e ambiente. Apesar de muitas organizações culturais se terem empenhado em diferentes fóruns, entre os quais sobressai a Agenda 21 para a Cultura³ não foi possível incluir de forma explícita a ligação entre a cultura e o desenvolvimento na agenda 2030.

¹ Universidade Lusófona. Membro do MINOM Intervenção na Conferência “The Subjective Museum The impact of participative strategies on the museum” Frankfurt am Main, 27 de junho 2017. A nossa participação nesta Conferência foi possível através do apoio do Museu de Frankfurt, ao qual agradecemos.

Publicado em Feb 2020 em alemão https://www.transcript-verlag.de/978-3-8376-4286-5/das-subjektive-museum/?number=978-3-8394-4286-9&fbclid=IwAR3xoyqGU4-VpS5chytXdIERYorpKDOUCOL_NDOuGYP5gAeVVizflwx3_68

² <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>

³ <http://www.agenda21culture.net/>

Essa situação, se por um lado, parece excluir as organizações culturais do empenho que todos temos que assumir nessa agenda universal, leva, a que por outro lado, as organizações culturais assumam o importante desafio de se afirmarem como cocriadoras do bem-estar e da felicidade comum, bem como se afirmarem como produtoras de soluções de inovação nas comunidades locais. Argumentamos que as organizações culturais constituem os laboratórios de inovação e criatividade que permite consolidar o conceito de dignidade humana como fator chave para atingir de forma duradora e sustentável os objetivos duma humanidade a viver num mundo de justiça e prosperidade. No âmbito das organizações culturais, a educação popular patrimonial constitui um instrumento que se mostra relevante para intervir nos territórios através da participação das comunidades, criando novas narrativas a partir dos seus próprios saberes e tradições.

b) A questão da Diversidade Cultural e o Mundo Urbano

A última Convenção da Unesco, aprovada em 2005, com o título “*Convenção para a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais*” estabelece no seu artigo 13º a necessidade da “integração da cultura nas suas políticas de desenvolvimento sustentável”. Contudo, em 2015, a Assembleia das Nações Unidas, aprova a nova Agenda dos “*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*” (ODS), apoiada nos três pilares da economia, sociedade e ambiente. O lugar da cultura, por muitos defendido como o quarto pilar do Desenvolvimento Sustentável, não surge. Muitos afirmam, que mais uma vez a cultura ficou minorizada.

Por outro lado, todos sabemos que o futuro da humanidade passa em grande medida pelas cidades. As aglomerações urbanas têm crescido exponencialmente, em número e em densidade e sobretudo como lugares de produção e consumo. Prevê-se que até 2030 as cidades venham a albergar cerca entre de 70 % da população mundial e nelas seja produzida 80 % da riqueza mundial. Estamos perante uma oportunidade e um imperativo de repensarmos as ações e as políticas urbanas. A cidade é um lugar de cultura e certamente não existiram cidades sustentáveis sem uma cultura ativa. É a partir das cidades que o setor das atividades criativas ligadas à cultura pode contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Defendemos que as cidades são ou deverão ser também cidades criativas⁴.

Afirmar as cidades a partir da criatividade implica trabalhar em dois planos: No plano das ações afirmativas dos direitos culturais⁵; e no plano da consolidação da economia criativa. Será da relação entre a afirmação da cultura e da criação de valor que surgirão oportunidades para a criação de uma boa parte do desenvolvimento sustentável que as cidades educadoras deverão e poderão concretizar.

c) A relação cultura e desenvolvimento

⁴ Esta é uma atividade que a UNESCO tem vindo a dinamizar através da Rede de cidades Criativas <http://en.unesco.org/creative-cities/home>

⁵ <http://www.culturalrights.net/es/>

Dum modo geral os conceitos de cultura e desenvolvimento são usados em áreas disciplinares distintas. Cultura é um termo amplamente usado pelas ciências sociais e humanas, com a sociologia e a antropologia a mostrarem uma larga tradição teórica. As Humanidades, com os seus Estudos Culturais e a comunicação também apresentam, a partir do desenvolvimento dos chamados Estudos de Área (Area Studies) diversas contribuições significativas. O termo cultura é ainda usado, pelo senso comum, como algo que se refere à criação humana, “aquilo que não é obra da natureza”. Não nos podemos admirar se ser uma palavra polissémica, com variadíssimas interpretações.

Também o conceito de desenvolvimento, que surge sobretudo no campo das ciências económicas, como algo que pode ser identificado como criação de riqueza e bem-estar através das atividades humanas de trocas de bens e serviços, é uma palavra polissémica. Ela é muitas vezes usada em contexto diversos, como o desenvolvimento das pessoas, das plantas, das organizações.

Não é o nosso objetivo nesta comunicação procurar clarificar esta pluralidade de interpretações. Não podemos todavia deixar de referir que muitas vezes se fala também do “desenvolvimento da cultura” ou dos sistemas culturais, uma questão que se liga aos problemas das políticas públicas na cultura.

É sobretudo neste campo, da formulação da políticas culturais que procuramos abordar a relação da cultura com o desenvolvimento. Procuramos compreender de que forma os processos culturais contribuem de para a formação de programas de ação sobre determinados territórios, com o objetivo geral de criar ou aumentar a produção de relações económicas entre indivíduos e organizações, com base nos recursos locais e com as comunidades locais.

Muitas vezes, quando olhamos para os grandes projetos de desenvolvimento económico, os tão cobiçados “projetos estruturantes”, a cultura não surge referenciada como um elemento ou como um recurso de base. É certo que muitas vezes ela surge como um recurso local, para os chamados projetos de desenvolvimento local, mas de um modo geral o conceito de desenvolvimento surge sempre associado à ideia de criação de modernidade, enquanto a cultura, surge muito mais ligada à conservação da tradição ou à “modernização da tradição”.

Basta-nos olhar, por exemplo para a Agenda 2030, a Agenda Mundial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelas Nações Unidas em 2015, (que ao contrário dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio -2000-2015) são um desafio universal e que comprometem os Estados a criarem políticas e medidas ativas em campos tão distintos como a erradicação da fome e o combate à pobreza, da educação e saúde para todos com o combate às alterações climáticas, com a conservação da biodiversidade no oceano e nas florestas, na construção de pareceria e na afirmação da paz (são 17 os novos

objetivos⁶); Vemos que esta é uma agenda alicerçada em 3 pilares: economia, sociedade e ambiente. Estará a cultura ausente deste ambicioso projeto.

Para a discussão desta agenda muitas organizações culturais mobilizaram-se para que fosse discutido um 4º pilar dedicado á cultura. Ao contrário do que seria desejável, isso não sucedeu. Não implicou isto todavia que a cultura esteja ausente destes Objetivos. Ela está presente, transversalmente, em vários deles, como a educação, as cidades sustentáveis e a criação de parcerias. Mais à frente procuraremos responder a esta questão.

Para já importa reter apenas que a ausência duma referência explícita à Cultura como um Objetivo de desenvolvimento sustentável implica uma menor atenção ao lugar da cultura como ferramenta potencial dos projetos a desenvolver para tingir a tal sustentabilidade. Ora face a isso, restará a quem se posiciona no setor da cultura, a necessidade e a imaginação de encontrar formas de soluções para intervir de forma criativa e inovadora nesta agenda. E inovação e criatividade é a matéria-prima dessa economia criativa que hoje parece estar a tomar conta das nossas cidades.

Estamos portanto perante um paradoxo. Dum lado o reconhecimento que temos de que a cultura e as atividades culturais, para o bem e para o mal, estão presente no nossos quotidianos, individuais e coletivos, nas nossas cidades e vizinhanças; enquanto do outro lado, verificamos a ausência de objetivo e medidas que permita criar instrumentos para operacionalizar projetos para intervir de forma criativa e inovadora a partir dos nossos patrimónios e heranças na construção desse nosso futuro. Sobretudo nos lugares de futuro que serão as nossas cidades.

Para resolver este paradoxo importa por um lado observar o que se passa à nossa volta, procurar entender por onde é que podemos adicionar argumentos para a partir deles criar ações inovadoras e criativas na sociedade, que promova o tal desenvolvimento a partir das ações culturais.

Um primeiro elemento deste diagnóstico são os instrumentos internacionais da UNESCO. Esta organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência tem vindo a produzir um conjunto de documentos, Convenções, Recomendações e Declarações onde a questão da relação da cultura com o desenvolvimento é um tema presente.

Se analisarmos os seus diferentes momentos, encontramos desde os anos cinquenta do século passado, relevantes documentos que estão na origem das políticas culturais de muitos países europeus, latino americanos e africanos.

⁶ Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável veja-se <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Durante o Mês de Maio a Sociedade Civil Portuguesa apresentou um conjunto de recomendações ao Estado português para inclusão da agenda 2030 portuguesa que se encontra em fase de aprovação pelo Governo. https://www.researchgate.net/publication/316527329_Seminario_de_apresentacao_publica_das_recomendacoes_para_implementacao_dos_ODS_em_Portugal_-_Resultados_do_processo_de_Consulta_a_Sociedade_Civil_que_decorreu_em_2016_-

Se dos documentos orientadores, passarmos para a forma como essas recomendações são aplicadas em cada país, verificamos que há uma grande diversidade e latitude na sua aplicação. Ou seja em cada região e em cada país há diferentes visões sobre o papel da cultura no Desenvolvimento.

Apesar desta diversidade de visões, em 2005 a UNESCO aprova a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural⁷, onde para além de se considerar que a cultura e a sua diversidade são elementos estruturantes da vida das comunidades, convencionou-se que entre cultura e economia existem laços que são fundamentais. Apesar do reconhecimento destes laços não ter sido possível traduzir em objetivos e medida na Agenda 2030 das Nações Unidas, é necessário sublinhar que a sua formulação ao nível desta Convenção é um relevante elemento a usar na resolução deste paradoxo.

O que nos interessa relevar nesta questão é que a relação entre cultura e desenvolvimento é uma questão complexa que depende da forma como o problema é colocado e da matriz teórica que utilizamos sobre os conceitos de cultura e desenvolvimento. E depende sobretudo da abordagem em termos de políticas públicas que em cada país, ao nível nacional, estadual ou local, é proposto. O problema é complexo porque sabemos que entre a produção teórica feita nos centros académicos, quase todos eles situados nas universidades europeias e norte-americanas e a realidade da vida das comunidades locais nos diferentes territórios alvo dos programas de desenvolvimento, existe uma grande distância, com os diferentes projetos a serem implementados de cima para baixo, sem levarem em linha de conta as especificidades locais, nem a incluírem a participação das comunidades no Diagnóstico.

Para além da polissemia do conceito de desenvolvimento, verifica-se igualmente uma profunda clivagem em relação ao que são ações facilitadoras do desenvolvimento que podemos considerar de carácter cultural. Por exemplo a ideia que é necessário capacitar agentes locais, que implica o reconhecimento das especificidades culturais (culturas locais, processos económicos alternativos, sistemas de trocas, relações simbólicas, redes sociais de entreajuda, etc.), muitas vezes recorre-se a atores externos das comunidades, que apresentem ideias e processos que resultaram em diferentes contextos culturais, mas que nem sempre se mostram ajustados à situação concreta onde se pretende intervir.

Uma outra ideia, é a de que o Desenvolvimento se pode medir por índices, (Índice de Desenvolvimento Humano). Este tipo de ações fundamenta projetos de desenvolvimento no campo da educação, saúde e economia (rendimento); ou ainda da ideia de que o desenvolvimento depende da existência da livre-troca e da democracia. Isso implica que muitos das ações de Ajuda ao Desenvolvimento dos Países do Norte, direcionadas para o Sul, são pensadas para resolver a necessidade de concentrar o esforço de desenvolvimento em três áreas: na economia, na política e na segurança, procurando atuar sobre os índices

⁷

<http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/diversidade-das-expressoes-culturais>

estatísticos, sem que disso resulte necessariamente uma sustentabilidade do desenvolvimento. Não podemos ignorar que são opções tomadas em função dos termos de filosofia de vida, de valores que admitimos como universais, mas formulados sem a participação daqueles que vão ser beneficiados por essas ajudas.

Sabemos hoje, por exemplo que o conceito de democracia ou de liberdade individual não é necessariamente convergente com outras formas de direito e organização social que privilegiam a gestão dos grupos ou comunidade. Ou por exemplo que o conceito de progresso não se ajusta a todas as sociedades, sem que isso implique uma menor atenção à dimensão humana dos membros da comunidade.

Hoje é evidente que não se podem pensar ações ou projetos fora da dimensão das realidades locais, tal como não pode deixar de haver uma participação dos beneficiários desses lugares sobre a produção de projetos para aí se implementarem. A cultura e a inovação é a chave que permite ultrapassar a tradicional clivagem da teoria social de oposição entre tradição e modernidade, onde o primeiro par representa o bloqueio e o segundo termo o caminho a seguir. É hoje necessário repensar a ideia de desenvolvimento de forma a incluir outras dimensões do ser humano e da sua diversidade cultural.

d) O Lugar da Cultura como instrumento de Desenvolvimento Sustentável

A questão das políticas culturais, mesmo estando ausente como pilar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (a Agenda 2030), está ainda assim presente em diversos objetivos e medidas para a ação. Nas políticas para a juventude, para a igualdade de género, para a educação ao longo da vida, para uma cultura de paz, para o desenvolvimento de parcerias, nas novas política urbanas e ambientais. São todos eles objetivos que implicam uma leitura sobre a diversidade cultural, os direitos humanos e da dignidade humana.

A questão da cultura estará certamente presente, como já hoje acontece, na análise dos processos e avaliações dos resultados dos programas de desenvolvimento. Mais, de acordo com a filosofia dos ODS, de não deixar ninguém para trás e de incluir todos, os objetivos apenas poderão ser atingidos se toda a sociedade for mobilizada. Não basta, como sabemos, a vontade dos governos. É necessário mobilizar as empresas, as universidades, as organizações sociais e mobilizar a criatividade e a inovação, para trabalhar em parceria em novas soluções. São estas as ferramentas com que a cultura trabalha.

Será através dos grupos de cidadania, dos seus processos de organização, de decisão, de formação de redes colaborativas que as ações com maior sucesso irão ser implementadas. A sociedade é cada vez mais uma rede fluida de vontades. As organizações culturais têm uma larga experiencia de trabalho colaborativo em rede. Por isso sabemos que a cultura saberá encontrar o seu lugar nestes ODS. Sabemos que os resultados dependerão dos modos como serão implementadas as ações e isso depende das condições em que cada agente atua. Dependerá da cultura local e da cultura de cada ator.

Finalmente, a cultura faz ainda parte dos novos processos de comunicação: os novos média. Estes novos instrumentos de comunicação, interativos, que se forma em redes digitais mobilizam disseminam ideias e congregam novas formas de associação. Uma boa parte da informação que circula na sociedade utiliza novos canais, que as pessoas utilizam por razões de identidade e interesse. Uma das características destes novos média é serem interativos e permitirem uma difusão e a interação comunicativa instantânea, juntando-se pessoas e grupos em função de posições e interesses.

Não será portanto irrelevante analisar as políticas culturais implementadas no âmbito das políticas de desenvolvimento e acompanhar o contributo da cultura para a formação de atividades de sociais. As políticas culturais de hoje, formadas com base no “*Direito à Cultura*” não são podem ser políticas orientadas apenas para o lazer e o turismo, como muitas vezes são referidas. Ela tem que ser políticas ativas de criação de riqueza e emprego através da mobilização dos recursos patrimoniais e criativos na sociedade. Olhar para as políticas culturais a partir do enfoque da economia criativa, permite-nos verificar que este é hoje um dos setores da economia em crescimento acelerado e sustentado nas nossas sociedades e de elevada dinâmica na criação de emprego. Seja nos países desenvolvidos, seja nos países do sul.

A Economia Criativa é hoje um setor de produção de bens e serviços nas nossas economias e cidades, como através dela, muitos atores e organizações desenvolvem estratégias de capacitação individual e coletiva. A cultura e a economia criativa são hoje áreas de inovação e criação de novos produtos na sociedade, de outras formas de trabalho e organização. Por exemplo, no campo da economia criativa estão hoje a surgir novas formas de organização de economia solidárias e mutualista, que são capazes de responder a novos paradigmas da organização económica e ultrapassar os ciclos de crise que acompanham a economia global.

A cultura pode também ser um instrumento que permite entender a escala global dos problemas e gerar mecanismos locais de resolução. Esta capacidade de criar escalas locais de resolução para os macroproblemas será certamente uma das chaves para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os processos culturais, urbanos ou rurais, são hoje processos económicos relevantes. Atraem investimentos, mobilizam recursos. A cultura é hoje um recurso económico dinâmico que importa mobilizar. Emerge no campo das indústrias culturais, na economia criativa, na propriedade intelectual, na economia do turismo, na educação patrimonial. A cultura é já hoje também um produto de consumo que importa compreender e gerir de forma adequada nas cidades.

Mas a economia cultural e criativa, ao contrário das outros setores que dependam da extração, é um recurso inesgotável, pois parte do ser e dirige-se para o ser. Os processos culturais sustentáveis ultrapassam a mera troca com base na extração de objetos e centram-se na troca como encontro. A Economia Criativa contém uma possibilidade de ultrapassar a objetivação (transformar em mercadoria) da ação humana, para a tornar

numa relação intersubjetiva (num processo libertador), que é um dos fins gerais da vida humana em sociedade.

É todavia necessário ter em atenção que durante muito tempo que na Cultura se verificou uma relação conflitual entre uma cultura “elitista” ou uma cultura mais “popular”. Através dessa distinção verificou-se diferentes posicionamentos dos atores culturais, com diferentes percursos de formação e inserção nas atividades económicas e criativas, incluindo uma visão do ator cultural como uma pequena elite social, muitas vezes dependente dos setores públicos.

No campo das economias criativas, com base na diversidade cultural, todo o contributo criativo da sociedade é um recurso. Por isso, a economia criativa pode ser o lugar onde a cultura permite ultrapassar as diferenças e trabalhar na igualdade de direitos dos diferentes grupos no âmbito da justiça cognitiva.

As sociedades do tempo presente, globalizadas e comunicativas são sociedade mais horizontais, com racionalidades económicas e ecológicas e sociais. As indústrias criativas e o desenvolvimento das atividades com base nos patrimónios constituem-se como recursos que preservam as identidades locais e mobilizam a participação dos diferentes atores na comunidade. São recursos que trabalha a preservação da memória e das heranças através dos seus novos usos e da multiplicação na sociedade. Com isso criam Diversidade Cultural.

A cultura e as políticas culturais nas cidades de hoje já não são orientadas para os grandes momentos “transcendentais” de produção de obras-primas e sublimes. No mundo globalizado a cultura foi apropriada pelos movimentos sociais e gera trocas na sociedade que podem ser usadas pelas políticas públicas para garantir Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Importa hoje que a cultura permita a realização do ser humano através da experiência da criatividade. Qualquer ser humano como criador, e a criação como conhecimento de si, dos seus limites, dos outros. A cultura e a sua diversidade como gerador de trocas com base no encontro.

Em muitos países da América do Sul, as políticas culturais públicas estão hoje orientadas para os contributos sociais das comunidades. A criatividade é mobilizada para ações no campo da educação, da saúde, na construção da cidadania, no desenvolvimento de economias locais solidárias. Também em África, muitas das campanhas de saúde pública e de educação popular são feitas através do recurso às ações culturais. A cultura está impregnada em todas as ações sociais e pode ser usada como um poderoso instrumento de influência social.

Nos países do norte, também as políticas culturais públicas sem têm vindo a transformar. Através dos orçamentos participativos de muitos municípios de regiões mobilizam recursos que se transformam em processos económicos, geridos por atores sociais. Os grandes festivais, de música e a produção de discos, depois eventos de todos os tipos de criatividade, gerando feiras e outros festivais, em torno do livro, do cinema, da moda, do artesanato, inundam as grandes cidades do norte, gerando uma relevante economia local.

Essa economia criativa e suas indústrias culturais, com as suas agendas próprias e com os seus agentes e atores mobilizados em torno de diferentes projetos acabam por obrigar ao ajustamento das políticas públicas culturais aos seus objetivos. Nos tempos mais recentes, os processos de ajustamentos estruturais e os processos de desinvestimento em políticas públicas, levaram a que as políticas públicas culturais se orientassem essencialmente para processo de distribuição de recursos, abdicando dos processos de intervenção direta e estrutural.

Esta diminuição da presença do Estado na cultura levou a uma menorização das políticas culturais como instrumento de ação coletiva de emancipação e à emergência da presença das lógicas de mercado na Cultura. Não é possível ignorar que há neste capítulo da formação de políticas públicas culturais uma tensão entre o seu alinhamento às lógicas do crescimento económico capitalista, da produção de mais-valias, da apropriação individual da ideia através da propriedade intelectual, e da mercantilização dos seus produtos. A cultura deixou de ter uma lógica da intervenção na sociedade como processo de emancipação social.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável transportam esta tensão e importa não esquecer que estas duas lógicas estão presentes. A mercantilização da cultura e do seu alinhamento com os processos económicos globais acontece em simultâneo com a construção de atores culturais globais e processos de construção de alternativas de emancipação social.

Finalizando este ponto importa fixar que através da economia criativa é possível demonstrar o contributo das atividades culturais para a riqueza da economia, para a construção duma sociedade mais justa e sustentável. É possível pensar como as atividades sociais criativas se podem constituir como processo de trabalho de construção da dignidade humana. Não deixa de ser irónica esta questão. No momento é que a economia criativa e a diversidade cultural demonstram as suas potencialidade e capacidades em contribuir para a economia global, a cultura e a diversidade cultural são tratados como um assunto transversal nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas

e) A economia criativa e a educação patrimonial nas cidades

O tema deste congresso são as *cidades educadoras*. A nossa proposta é a de trabalhar a questão da economia criativa no âmbito do Direito à Cultura, procurando encontrar, através das atividades da economia criativa o lugar da educação patrimonial

As cidades hoje são lugares abertos e comunicativos. Não é mais possível viver fechado no mundo tradicional. A sociedade e a economia são hoje globais e necessitamos compreender essa dinâmica. Necessitamos entender como é que as pessoas e as coisas se encontram e se ligam de forma a entender as nossas capacidades e os lugares que habitamos, para contribuímos para a criação de riqueza e bem-estar. Quando procuramos juntar a economia, a cultura e a tecnologia estamos a fazer economia criativa

Se olharmos para o contributo da economia criativa para a criação de riqueza em Portugal, verificamos que em 2016 foi responsável por 3,6 % do VAB e 3,2 % do emprego⁸. Trata-se de uma tendência que se tem vindo a desenvolver em todo o mundo, segundo os dados das Nações Unidas sobre a Economia Criativa. É um crescimento consistente.

Ora se a relação entre a cultura e o desenvolvimento sustentado fica bem evidenciado na economia criativa, não deixa de ser interessante verificar que os principais atores desta economia se situam nas cidades. Por isso a economia criativa pode ser um dos objetos das políticas públicas culturais, não numa lógica de subsídios ou apoios, como por vezes parece ser encarada por abordagens mais conservadoras, mas como estímulos ao investimento produtivo, através de concursos, de preferência públicos.

A Economia Criativa em palavras simples é o processo que transforma ideias em bens ou serviços e que apresentam, simultaneamente, um valor cultural e económico. Estamos em presença dum processo onde se procura criar inovação a partir da relação entre uma ideia e criação de condições de troca no mercado global.

O ponto de partida é uma ideia, uma ideia criativa, sobre a qual se tem que exercer um conjunto de atividades, que se destinam a satisfazer várias necessidades. As necessidades de quem faz o produto e as necessidades de quem tem interesse em o consumir. A distinção entre estes bens e serviços da economia criativa é que esta criatividade (que pode ser artística, científica, económica, social ou tecnológica) deverá transportar um potencial de criar inovação na sociedade e na economia.

A economia criativa tem um recurso de diferenciação, em relação às outras produções económicas, que está baseado no conhecimento. O conhecimento é na economia criativa o elemento gerador de rendimento, de emprego, de satisfação das necessidades locais e de exportações, promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentado.

A cultura torna-se num poderoso instrumento diferenciador das identidades das cidades. As cidades já não são apenas uma construção no espaço, mas passam sobretudo a ser conhecida pelas atividades que os seus habitantes promovem. Trata-se dum novo paradigma que ultrapassa a criação das marcas identitárias construídas pelas tradições, para afirmar a modernidade com espaço de ação das comunidades. O que os habitantes fazem e a forma como o fazem, o seu modo de habitar no espaço passam a constituir as suas identidades. É isso o seu produto que só pode ser consumido e vivenciado localmente.

Para isso é necessário que as cidades constituam centros de criatividade (os chamados *Hubs* ou pontos de criatividade). Eles podem ser usados para criar focos de

⁸ Veja-se os relatórios de Augusto Mateus em 2010 “O sector criativo e cultural em Portugal”, em 2013 “A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa”, e em 2016 “Economia Criativa em Portugal: Relevância para a competitividade e internacionalização da economia portuguesa”

desenvolvimento a partir das atividades criativas, ou usar as atividades criativas para regenerar tecidos urbanos degradados.

A economia criativa não é uma realidade uniforme. É vulgar distinguir ou classifica-la em quatro grandes grupos: Patrimônio, Artes, Mídia e as criações funcionais.

O primeiro grupo inclui dois subgrupos: As expressões tradicionais, com o artesanato, as festas e romarias e as expressões da cultura local (gastronomia, lendas, músicas, danças), e os lugares de cultura, como monumentos, museus, arquivos e livrarias; que são lugares de memória, simultaneamente de valor simbólico e onde são possíveis concretizar atividades econômicas.

O Segundo grupo, da Produção de Arte, que inclui todas as expressões que se inspiram seja na cultura popular ou erudita, local ou do mundo, inclui as expressões visuais (de produção de pintura, escultura, fotografia, instalação) e as artes performativas (como música, concertos, danças, circo teatro, etc.).

No terceiro grupo, nos produtos mediáticos são produções criativas que se destinam a grandes audiências e a mercados mais globais, é constituída pela indústria livreira, cinematográfica, televisão e radio e, mais recentemente as comunicações na rede global (WWW). Todavia, este grupo apesar de poder intervir no mercado global, pode, a partir do local, criar emprego e alimentar recursos criativos locais de que se alimenta.

O quarto e último grupo das indústrias criativas correspondem a Criações funcionais, e incluem as áreas do design, dos novos mídia, arquitetura, a publicidade, o entretenimento.

Como todas as categorizações as fronteiras entre as diferentes áreas podem ser muito fluídas. No entanto o que queremos aqui salientar é que entre elas existe uma forte ligação entre conhecimento, cultura e educação, e uma dos fatores que distingue o seu trabalho é a criatividade.

Sem conhecimento, cultura e educação é muito difícil ser-se criativo. Sabemos que os valores culturais, as práticas culturais, os valores históricos e o conhecimento das tradições locais são fatores que influenciam de forma relevante a criatividade. É também necessário acesso à tecnologia e à informação. A criatividade não é algo que pré-existe. Podem ser treinadas atitudes que favorecem a emergência de situações criativas. Mas a criatividade emerge da leitura do lugar (Spiritus loci) da experiência de vida e da interação em grupo (do encontro).

A criatividade não é uma forma de inteligência. Não se pode aprender a ser criativo. A criatividade pode ser definida como a capacidade de criar qualquer coisa nova e útil. Por isso a criatividade tem mais a ver com uma atitude perante o mundo, uma capacidade que pode ser treinada, mas que emerge sobretudo da relação entre os humanos e que pode emergir em qualquer lugar em qualquer tempo.

Ser criativo, é em síntese encontrar um lugar no mundo. Num mundo em Mudança. Nessa perspectiva a criatividade não existe apenas no campo das artes e da cultura. A criatividade

é necessária em todos os campos da vida individual e dos grupos. Existe na economia, na ciência, nos negócios. É sobretudo uma forma de adaptação à mudança. O conceito de economia criativa depende do uso dos conhecimentos, das capacidades e aptidão de aproveitar as novas oportunidades, e sobretudo da capacidade de mudar.

Finalmente associado ao conceito de Economia Criativa está a ideia de Desenvolvimento Sustentado. Olhar para a Economia Criativa como um instrumento de desenvolvimento, sobretudo, não é apenas usar a economia para afirmar a identidade dum lugar, mas sobretudo deve ser olhada como um instrumento para diversificar as suas economias, promover o crescimento económico e estimular a participação social na criação do bem-estar e progresso social. Ele tem um elevado potencial na promoção da criação de emprego e oportunidade de negócio, sobretudo entre a juventude.

A Economia Criativa tem registado um crescimento mais rápido do que outros setores da economia mais tradicionais e tende a ser olhada como uma alternativa aos setores de especialização tradicional, sobretudo pelo seu impacto nos processos de urbanização. A crescente conexão dos mercados, o crescimento das tecnologias de comunicação, a ampliação e diversificação dos média, são fatores que tem vindo a aumentar e a alargar o mercado potencial para produtos e serviços criativos, tais como música, animação digital, videojogos, publicidade. Há toda uma gama de serviços que são possíveis de concretizar na economia criativa, encurtando redes de intermediação e olhando para mercados mais vastos e quês e constituem como oportunidades para as cidades criativas.

f) A educação patrimonial nas cidades

Constituindo a economia criativa um instrumento de intervenção nas cidades para atingir os fins do Desenvolvimento Sustentável de que modos as cidades se podem envolver nesse processo para se tornarem em cidades criativas?

Um dos processos alicerça-se na educação patrimonial em contexto urbano. Uma educação que deverá ter por base a afirmação dos direitos culturais.

A educação patrimonial, que se pode inserir no campo da afirmação dos Direitos culturais está inscrita nos diferentes instrumentos internacionais e nas constituições dos estados. Não estamos a dar-vos nenhuma novidade. São objetos da lei. O desafio. O nosso desafio, no campo da Educação Patrimonial, é fazer com que a cultura seja também um processo de afirmação dos direitos dos sujeitos que permita criar processos de transformação que esses normativos enunciam.

A Educação Patrimonial, enquanto processo de afirmação de direitos permite adicionar à economia criativa um espaço de afirmação no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ela ilustra o caminho que temos que percorrer, para fazer com que as leis sejam mais do que enunciados no papel, e possam constituir instrumentos de crescimento, capacitação e empoderamento nas comunidades. A educação patrimonial permite criar consciência sobre quem se é, sobre os outros e sobre o território e seus recursos.

Para quem trabalha com as questões do direito da cultura, usa como referencia a Declaração de Friburgo⁹, que tem como objetivo garantir o acesso e o usufruto dos bens patrimoniais, bem com a livre criação, considerados como elementos agregadores da Dignidade Humana, questão intimamente associada aos Direitos Humanos. Esta questão está hoje no centro dos debates que levamos a cabo para entender o lugar da cultura no âmbito do desenvolvimento e da educação patrimonial.

Cabe aos atores culturais, as suas associações e outras formas de organização reivindicar o lugar da cultura e o direito à cultura na agenda 2030 e manter uma ação de reivindicação da relevância da cultura para o tempo que vivemos. Em que dimensões poderemos então intervir?

Sabemos que a cultura é o ingrediente fundamental do processo de formação das identidades das comunidades. Um processo que se desenvolve em diversos níveis, do nível individual, de grupos e famílias e de cultura. A contribuição para a formação das identidades é uma dos elementos mais relevantes da ação cultural, pois fornece os elementos agregadores e de orientação. Mas a cultura não é apenas um quadro de referências identitárias. Ela é também a experiência da vivência em sociedade. A experiência vivida através do ato criativo, da comunicação ou através do consumo dos bens culturais.

Por essa razão os bens culturais têm que ser de acesso universal e necessitam de ter uma atividade de educação e formação. A cultura necessita de ser comunicada e é através da comunicação que se concretiza. É também através dela que se constroem os diálogos entre diferentes comunidades e que se assegura a sua Diversidade. A cultura não é algo que seja passível de ser capturado e isolado da vida social. Só há cultura se for viva e vivida.

Sendo a cultura um campo bastante vasto, composta por pessoas, grupos e organizações que atuam em diferentes domínios, das artes, do espetáculo, da leitura e da escrita, da inovação e do património, não podemos deixar de refletir sobre o papel dos museus na educação patrimonial e da sua função na sociedade atual.

A nova Recomendação da UNESCO sobre “museus, coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade”, aprovada em 2015¹⁰, constitui hoje documento guia para os profissionais, chama a atenção para a relevância que as organizações culturais do património têm no mundo contemporâneo, em particular na intervenção na formação da cidadania nos lugares onde atuam.

É neste quadro que eu gostaria de chamar a atenção para a intervenção cultural e dos processos culturais patrimoniais para aquilo que poderemos considerar como a sua função social e apontar as suas possibilidades para o envolvimento das comunidades locais.

g) Conclusão: Lugares da educação patrimonial popular na cidade

⁹ http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_4.htm

¹⁰ <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246331m.pdf>

Ao olharmos para o que é a Educação Patrimonial nas nossas cidades, verificamos que na maioria dos casos é uma atividade muito centrada nos museus e em algumas ofertas para ocupação de tempos livres, sobretudo dos alunos em férias escolares. Mas como verificamos, numa perspetiva de emancipação social e de construção da justiça cognitiva na sociedade, através do envolvimento e participação, a educação patrimonial pode afirmar-se como um instrumento de trabalho muito relevante para os processos museológicos numa perspetiva da afirmação dos direitos culturais.

O campo dos direitos culturais envolve o direito à criação cultural, o direito ao usufruto da criação cultural, o direito à participação cultural e à participação na formulação das políticas públicas, os direitos de autor e o direito de usufruir a herança cultural. São cinco campos complexos que noutro lugar desenvolvemos¹¹.

Interessa contudo chamar a atenção para que na maioria dos países, os diferentes textos dão cobertura jurídica e legislativa às questões dos direitos culturais. A questão da educação patrimonial não é uma ideia semiófora que as organizações culturais tenham que lutar. A educação patrimonial necessita sobretudo de ações afirmativas que deem corpo às normas legais. É necessário que a Educação Patrimonial passa de objetos de Lei, para sujeitos da Lei. Isto é, que se concretize através de práticas que dão corpo ao que a legislação prevê.

As ações afirmativas permitem concretizar, no terreno, os nossos desejos e aspirações. Há que portanto ousar afirmar a voz coletiva das comunidades. Só podemos ter aquilo que alcançamos, e só podemos conservar aquilo que usamos. Se não ousarmos afirmar os nossos direitos culturais, não servirá de nada eles estarem inscritos em belas palavras, guardados em grandes tratados que todos elogiam. O Direito Cultural implica também o dever que afirmar esse direito.

As organizações de educação patrimonial têm como exemplo as organizações de educação ambiental, que desde os anos oitenta do século XX se têm afirmado como parceiros indispensáveis das políticas públicas. Em Portugal, em muitos casos os dinamizadores das associações de defesa do património foram capturados pelo Estado, o que levou a um perda de vigor da atividade associativa e a um afastamento dos trabalhos com as comunidades. É pois necessário afirmar o direito à cultura através de ações afirmativas de educação popular.

A Educação Popular Patrimonial apresenta um conjunto variado de possibilidades que permitem atuar no campo das ações afirmativas no Direito à Cultura. Elas podem consistir em ações de capacitação de pessoas e comunidades, orientadas para ações de transformação social. Elas podem constituir lugares de encontro nas comunidades para criar pontes e ligar pessoas. Elas podem constituir laboratórios criativos. O que é relevante para estas ações é que elas contribuam para passar dum modo contemplativo do

¹¹ Veja-se Leite, Pedro Pereira (2017). Sociomuseologia Social e Dignidade Humana, Lisboa in <https://www.amazon.com/Sociomuseologia-Dignidade-Humana-Diversidade-Desenvolvimento-ebook/dp/B0748DBCK8>

património, para um modo de ação criativo com base nos património e heranças das comunidades

Criar uma consciência crítica sobre o território, sobre as comunidades e sobre as suas heranças é uma das formas de dotar dos processos museológicos de uma relevante função social. Mas é também necessário ter em atenção que essas ações devem criar condições para que as comunidades atuem no território, que dele se apropriem e ganhem controlo, de forma a fazer com o que seja possível e sonhado, seja possível de concretizar.

É importante ter em atenção que a educação patrimonial fornece os instrumentos para criar e inovar. Não se substitui à ação das comunidades. Nesse sentido, não é uma alternativa ao desenvolvimento, mas um instrumento para o desenvolvimento. Uma ferramenta que torna possível a criação de alternativas e que apenas acontece quando as comunidades se apropriam desse instrumento. Por exemplo, pode ser um instrumento para ultrapassar as visões tecnocráticas dos projetos, contribuindo para identificar, em primeiro lugar as necessidades dos lugares e das suas comunidades e para cocriar objetivos de ação comuns a partir da dignidade humana que estimulem a participação da comunidade.

O exercício das ações afirmativas de educação patrimonial desenvolve os mecanismos de participação na governação local, aproxima os processos de decisão às necessidades dos territórios e das comunidades, e incrementa a inserção das ações culturais no campo da economia, contribuindo para a sustentabilidade local e a criação de empregos criativos. É em suma uma oportunidade para a economia criativa e para as cidades para criar inovação social. Ao mesmo tempo que aumenta as responsabilidades dos atores locais, aumenta a responsabilidade das políticas públicas e contribui para criar uma responsabilidade social nas organizações sociais

Bibliografia

ANDERSON, Ruth Benedict (1991): *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 224 páginas

APPADURAI, Arjun, (2004). *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa, Teorema, 2004, 304 p.

BHABHA, Homi (2007) *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 386, p
CANCLINI, Nestor Garcia (2008), *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Ed USP, 395 p

CASTELLS, Manuel de (2003) *O poder da identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol II, 323 páginas

LANGFIELD, Michele, et al (2010). *Cultural Diversity, Heritage and Human Rights*, London / New York, Routledge

LEITE, Pedro Pereira (2015). *Cultura e Desenvolvimento. Informal Museology Studies*, nº 11,

LEITE, Pedro Pereira (2015). *A Nova Recomendação da UNESCO sobre Museus Coleções sua Diversidade e Função Social*, in *Informal Museology Studies*, nº 13

- LEITE, Pedro Pereira (2017). Museologia Social e Educação Popular Patrimonial, in *Informal Museology Studies*, nº 16.
- LEITE, Pedro Pereira (2017). *Sociomuseologia e Dignidade Humana*, Lisboa, Marca d'Água
- Martinelli, Alfons (2010): *Cultura y Desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar*. Fundación Carolina, Ed. S. XXI, Madrid.
- RUBIM, Milton Santos (2010). “Política Cultural um Fenómeno Ocidental” *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*, Lisboa ICS, pp 249-270
- UNESCO, (2003) *políticas Culturais para o Desenvolvimento*, Brasil, UNESCO
- UNESCO (2004). *Cultural Indicators of Human Development: Towards an African Perspective Strategy Document from the International Seminar and Task Force Meeting* Maputo, March and August 2004
- Yúdice, George (2006) *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*, Belo Horizonte: Editora UFMG,